

LEI Nº 6.837, 13 DE FEVEREIRO DE 2006.

**Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais.**

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ** estatui e seu Presidente, nos termos do § 7º do art. 108 da Constituição do Estado promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Para os efeitos desta Lei, denomina-se auditoria ambiental a realização de avaliações e estudos destinados a determinar:

I – os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II – as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

III – as medidas a serem tomadas para restaurar o meio ambiente e proteger a vida e a saúde humana;

IV – a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

**Art. 2º** Os órgãos governamentais estaduais encarregados da implementação das políticas de proteção ambiental poderão determinar a realização de auditorias periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

**Parágrafo único** – Nos casos de auditorias periódicas, os procedimentos relacionados à elaboração de diretrizes deverão incluir a consulta à comunidade afetada.

**Art. 3º** As auditorias ambientais serão realizadas às expensas dos responsáveis pela poluição ou degradação ambiental.

**Art. 4º** Sempre que julgarem conveniente para assegurar a idoneidade da auditoria, os órgãos governamentais poderão determinar que sejam conduzidas por equipes técnicas independentes.

**§ 1º** Nos casos a que se refere o *caput* deste artigo, as auditorias deverão ser realizadas preferencialmente por instituições sem fins lucrativos, desde que asseguradas a capacitação técnica, as condições de cumprimento dos prazos e valores globais compatíveis com aqueles propostos por outras equipes técnicas ou pessoas jurídicas.

**§ 2º** A omissão ou sonegação de informações relevantes descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias durante o prazo mínimo de dois anos, devendo o fato ser comunicado à Procuradoria Geral de Justiça.

**Art. 5º** Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais periódicas anuais às empresas ou atividades de elevado potencial poluidor, entre as quais:

I – terminais de petróleo e seus derivados;

II – as instalações portuárias;

III – as instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

IV – as instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

V – as unidades de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas e radioativas;

VI – as instalações de tratamento e os sistemas de disposição final de esgotos domésticos;

VII – as indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

VIII – as indústrias químicas e metalúrgicas.

**§ 1º** Os órgãos governamentais encarregados da implementação das políticas de controle da poluição definirão as dimensões e características das instalações relacionadas nos itens VI e VIII do *caput* deste artigo que, em função de seu pequeno porte ou potencial poluidor, poderão ser dispensadas da realização de auditorias periódicas.

**§ 2º** O intervalo máximo entre auditorias ambientais periódicas, será de um ano.

**Art. 6º** Sempre que constatadas quaisquer infrações deverão ser realizadas auditorias trimestrais até a correção das irregularidades, independentemente da aplicação de penalidades administrativas.

**Art. 7º** As diretrizes para a realização de auditorias ambientais em indústrias poderão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I – impactos sobre o meio ambiente provocados pelas atividades de rotina;

II – avaliação de riscos de acidentes e dos planos de contingência para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessária;

III – atendimento aos regulamentos e normas técnicas em vigor no que se refere aos aspectos mencionados nos incisos I e II deste artigo.

IV – alternativas tecnológicas, inclusive de processo industrial, e sistemas de monitoragem contínua disponíveis no Brasil e em outros países, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

V – saúde dos trabalhadores e da população vizinha.

**Art. 8º** Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais, incluindo as diretrizes específicas e o currículo dos técnicos responsáveis por sua realização, serão acessíveis à consulta pública.

**Art. 9º** A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor.

**Art. 10** O não atendimento ao exigido nesta Lei, nos prazos e condições determinados pelo órgão de controle ambiental, acarretarão ao infrator, além de outras penalidades:

I – notificação;

II – multa de 1.000 à 100.000 UFIR's.

**Art. 11** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias contados a partir de sua publicação.

**Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2006.

Deputado **MEGALE**  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em exercício